

NARRATIVAS EM CONFLITO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Guilherme Ribeiro¹

Resumo

Este artigo analisa três trabalhos sobre história da geografia para, a partir deles, problematizar a forma como esta história vem sendo abordada e como ela reflete disputas políticas e de poder no interior da disciplina.

Palavras-chave: História da geografia. Epistemologia. Metodologia. Ciência. Política.

Abstract

Narratives in conflict: considerations about the history of geographical thought field

This article analyzes three works on the history of geography for problematize how that history has been interpreted and how it reflect conflicts around power and politics into the discipline.

Key words: History of geography. Epistemology. Methodology. Science. Politics.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio doutoral pela Université de Paris – Sorbonne (Paris IV) via PDEE CAPES. Pós-Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto II de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: geofilos@ig.com.br

INTRODUÇÃO

A história do pensamento geográfico é um domínio de pesquisas que vem passando por mudanças significativas a partir dos anos 90 do século XX. Abordagens mais amplas que tentavam retrair a trajetória das correntes geográficas parecem ceder lugar a perspectivas mais recortadas e focalizadas sob o aspecto temático. No intuito de identificar e problematizar o referido campo, tomaremos dois livros e uma tese de doutorado como pontos de partida para nossa reflexão: *The Geographical Tradition: episodes in the history of a contested enterprise* (1992), do irlandês David N. Livingstone; a coletânea *L'empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation - XIX-XX siècle* (2008), coordenada pelo historiador Pierre Singaravélou; e *Penser à l'échelle du Monde. Histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres)* (2007), de Jean-Baptiste Arrault. À luz das noções de *campo* e *ordem do discurso* (BOURDIEU, 2002 [1985]; FOUCAULT, 1971 [1970]), o exame da história do pensamento geográfico permite reconhecer e revelar disputas políticas e de poder no interior da disciplina.

DAVID LIVINGSTONE E A "TRADIÇÃO GEOGRÁFICA"

The Geographical Tradition: episodes in the history of a contested enterprise, do irlandês David N. Livingstone, foi publicado pela primeira vez em 1992 em sua língua original, o inglês (LIVINGSTONE, 1992). Até agora, não conhecemos *nenhuma* resenha sobre ele em português. É verdade que os periódicos geográficos brasileiros não possuem o hábito de publicar resenhas. Infelizmente. De todo modo, pensamos existir uma razão a mais que explique um quase que completo silêncio acerca do livro em tela: a influência da geografia francesa entre nós. Ainda que superficialmente, conhecemos Paul Vidal de la Blache, Max Sorre, Pierre George, Paul Claval, Yves Lacoste. Todavia, pouco ou quase nada sabemos sobre H.C. Darby, Richard Hartshorne, Carl Sauer, Derek Gregory, Richard Peet, Anne Buttimer. O inglês é a língua hegemônica da ciência; porém, nosso contato com a produção geográfica anglo-saxã é assaz rarefeito. Rejeição ao "imperialismo cultural" norte-americano ou adesão implícita ao eurocentrismo?

O livro de Livingstone é inovador. Em termos metodológicos, não pretende ser a história do pensamento geográfico nem tampouco servir de modelo. Pelo contrário, admite o viés anglo-saxônico e deseja ser apenas *um olhar* sobre tema tão complexo. Ou seja, ele abre o debate. Em termos de forma e conteúdo, foge do padrão de analisar a história do pensamento geográfico "entre correntes" que caracteriza trabalhos como *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea* (CAPEL, 1981), de Horacio Capel; *Histoire de la Pensée Géographique Française* (CLAVAL, 1998), de Paul Claval; e *Geografia e Modernidade* (GOMES, 1996), de Paulo César Gomes.

Só isso já bastaria a recomendação da leitura de Livingstone como indispensável para os professores de Introdução à Geografia, Teorias da Geografia, Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia e disciplinas afins. Contudo, ele vai além. Ao recorrer ao conhecimento e às práticas do Renascimento, da Revolução Científica e do Iluminismo e concluir não ser absurdo reconhecer a existência de uma *tradição geográfica* — e aqui a palavra "tradição" não significa de modo algum fixidez e imobilismo, mas sim algo que se transforma e se renova à luz do movimento social e histórico mantendo, entretanto, certos traços —, Livingstone situa a Geografia como algo crucial para o entendimento de um fenômeno mais amplo: a Modernidade. Não por acaso, traz para o centro de sua empreitada nomes como Bodin, Boyle, Kant, Montesquieu, Buffon, Herder, Darwin, Lamarck — lembrando um pouco o esforço do italiano Massimo Quaini em *A Construção da Geografia Humana* (QUAINI, 1983) (obra não citada por ele).

Talvez o maior mérito de *The Geographical Tradition* tenha sido mostrar que, embora a institucionalização da Geografia date apenas do último quartel do século XIX, um conjunto vigoroso de conhecimento e prática geográficos foi essencial na construção e representação do mundo tal como o conhecemos hoje. O mundo moderno não pode ser entendido fora de ações como *mapeamento, navegação interoceânica, descrição regional, levantamento de dados e localização de recursos naturais*. Por sua vez, tais ações impulsionaram e foram impulsionadas pela Cartografia, Cosmografia, Topografia, Corografia, relatos de viagem e, também, por aquilo que já era conhecido sob a alcunha de Geografia. Vejamos alguns exemplos. Em 1559, William Cunningham publica *The Cosmographical Glasse, conteinyng the Pleasant Principles of Cosmographie, Geographie, Hydrographie or Navigation*. Em 1611, Bartholomäus Keckermann escreve *Systema Geographicum*. 1630 vê *A Briefe Introduction to Geography*, de William Pemble. Em 1650, Varenius aparece com *Geographia Generalis*. Isaac Watts redige *The First Principles of Astronomy and Geography* em 1726. Em 1789, Jedediah Morse surge com *The American Geography*...

Reproduzimos tais títulos não de forma contraproducente, mas sim porque eles iluminam uma outra questão. Num congresso em Paris promovido pelo grupo “Epistemologia e História da Geografia” (EHGO) no segundo semestre de 2007, após a explanação de um palestrante sobre a exploração colonial francesa na África na primeira metade do século XIX, um geógrafo perguntou se os responsáveis por atividades como descrição, mapeamento e produção de relatórios se consideravam de fato “geógrafos”. Em outra explanação sobre a confecção de um determinado mapa da Argélia, a mesma pessoa fez, novamente, a mesma pergunta. Os risos de alguns na platéia eram indisfarçáveis. Pedimos a palavra e dissemos que compreendíamos a interrogação do colega, mas que não achávamos que aquela questão era a mais importante. O que nos parecia crucial saber eram quais tipos de práticas continuavam a ocorrer *antes e depois* da institucionalização da Geografia na Universidade. Ainda que o tema da auto-identificação parecesse relevante, cabal mesmo era reconhecer a intersecção entre os procedimentos da Escola Francesa de Geografia e dos seus “predecessores”.

Não tínhamos lido Livingstone e, pelo visto, quem levantara aquelas perguntas também não. Se acaso o tivéssemos feito, tudo teria sido mais fácil, na medida em que ele faz da institucionalização da Geografia um *processo* e não a *gênese* da ciência geográfica — tal como nos acostumamos a ver. Ora; o que devemos ter em mente é que o “surgimento” das modernas Ciências Humanas é algo recente. Em *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 1999 [1966]), Foucault afirma que o Homem é um dado novo na ordem do saber. Se a história da Ciência Moderna é a história da hegemonia do paradigma Cartesiano-Newtoniano, ou seja, da supremacia das Ciências Naturais e Exatas, nada mais “normal” — e aqui o uso do vocábulo não tem relação alguma com o sentido a ela concedido por Kuhn (KUHN, 1998 [1962]) — que a institucionalização da Geografia tenha sido retardada, assim como aconteceu com a Sociologia, a Antropologia e mesmo com a História. Nesse sentido, nada mais normal também que, da Expansão Marítima e Comercial Européia ao século XIX, um volume substancial tenha sido produzido e recolhido sob o nome *Geografia*.

Em outras palavras, o encaminhamento que Livingstone dá ao tema não deixa dúvidas da necessidade *histórica, social e epistemológica* da Geografia como uma ciência autônoma a ser ensinada nas Universidades. Resgatando um conceito caro a Fernand Braudel, poder-se-ia dizer que a *démarche* de Livingstone é quase que uma história do pensamento geográfico edificada *na longa duração* onde, grosso modo, ao invés das mudanças bruscas, as permanências é que são enfatizadas.

Talvez este prisma nos ajude a entender com mais clareza em que consiste a “tradição geográfica”. De modo geral, o que ligaria a produção geográfica de nossos dias aos trabalhos identificados na página anterior? Podemos reconhecer, no mínimo, três aspectos: 1. representação cartográfica; 2. articulação escalar; 3. relações homem-natureza.

Evidentemente, os mapas não são mais o resultado final da pesquisa geográfica e nem a linguagem geográfica *par excellence*, não dividimos mais um conhecimento específico sobre as regiões (a corografia) de um conhecimento geral sobre o mundo (Geografia) e, tampouco, interpreta-se a sociedade como algo determinado pelas coerções naturais. Todavia, não é fato que continuamos a utilizar mapas (renovados através dos SIG's), relacionar escalas (a polêmica local-global acesa pela Globalização) e analisar os múltiplos vínculos estabelecidos entre o homem e o meio (agora meio técnico-científico-informacional)?

Assim, a janela aberta pela *tradição geográfica* nos ajuda a compreender a história do pensamento geográfico de maneira menos abrupta. Mais que a oposição novo-velho que caracteriza a interpretação das "correntes geográficas" e a "evolução" da Geografia², evocar uma tradição geográfica significa observar que o processo de constituição de um campo de conhecimento é algo lento. Melhor dizendo, significa que ao considerarmos a história da Geografia como tema de pesquisa, a noção de *mudança* precisa ser "desacelerada"³. Acompanhar as críticas que os quantitativistas fizeram à Geografia Clássica e que os marxistas fizeram à Geografia da Percepção e do Comportamento e, de posse disto, tomar o pensamento geográfico a partir desse movimento pode ser uma armadilha, um círculo vicioso de interpretação que já é hora de superarmos. Não por acaso, vivemos hoje um momento de revalorização e releitura dos trabalhos da Escola Francesa de Geografia, bem como uma renovação da Geografia Cultural sob novas bases⁴ — algo que uma leitura que enfatize apenas a "evolução" da Geografia é incapaz de perceber.

Se o método de Livingstone representa algo original nos estudos de história do pensamento geográfico, outro ponto de destaque diz respeito ao fato de que, para ele, o neolamarckismo ocupa lugar central no âmbito das fundações da Geografia moderna. Além disso, explora de modo original como o discurso religioso estava articulado à Geografia para, em seguida, revelar a separação dos dois por intermédio do impacto das teorias da evolução e adaptação das espécies de Darwin e Lamarck. Nesse sentido, o que ele chama de Geografia pré-darwiniana — os vínculos entre ciência, religião e missão exploratória colonial — é assaz interessante e, dentre aquilo que tem sido escrito sobre história do pensamento geográfico, pode ser considerado algo original.

Enfim, numa empreitada desse porte, é impossível não haver lacunas, passagens que mereciam um pouco mais de atenção. Nos dois últimos capítulos — "The regionalizing ritual" e "Statistics don't bleed" —, o autor parece não ter o mesmo fôlego de outrora. Fica evidente também as limitações por ter utilizado fontes essencialmente de língua inglesa, além de um excesso de descrição e dimensão panorâmica em algumas ocasiões.

Nada disso impede a leitura de uma obra que, com todos os méritos, já merece ser chamada de "clássica". Não há busca de heróis fundadores nem legitimação política deste ou daquele autor. O que existe é uma bela amostra de como conjugar epistemologia, história e sociedade no entendimento da trajetória da Geografia — não apenas de suas idéias, mas também de suas práticas.

GEOGRAFIA FRANCESA E COLONIALISMO: A HISTÓRIA DA GEOGRAFIA SOB O PRISMA DA GEOPOLÍTICA

Organizado no ano de 2008 pelo historiador — algo nada casual, como se verá mais adiante — Pierre Singaravélou contendo, entre outros, artigos de Paul Claval, Yves Lacoste

² Retomaremos esta questão na última parte deste artigo.

³ Aqui, inspiramo-nos na leitura de José Carlos Reis acerca da historiografia dos *Annales* e sua concepção de tempo (REIS, 1994).

⁴ Vide o esforço de Zeny Rosendhal e Roberto Lobato Corrêa, cujos seminários bianuais realizados no Rio de Janeiro já resultaram na publicação de vinte volumes dedicados à Geografia Cultural.

e Daniel Nordman, *L'empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation - XIX-XX siècle* (SINGARAVÉLOU, 2008) é um livro de extrema importância política. Afinal, não se pode dizer que os franceses abordam a questão do Colonialismo com a mesma clareza que os ingleses. Não por acaso, um dos melhores artigos da coletânea é "Le passé colonial/impérial et l'approche postcoloniale de la géographie anglophone", do britânico Daniel Clayton (CLAYTON, 2008). Em se tratando especificamente da Geografia francesa, talvez não seja exagero dizer que o assunto permanece quase que como um tabu. A história do pensamento geográfico francês, tão plena de exemplos indiscutíveis acerca da associação dos geógrafos com o colonialismo, tem sido escrita por fora dessa perspectiva. Nesse sentido, os trabalhos de Dominique Lejeune, Olivier Soubeyran e Florence Deprest, ressaltado o pioneirismo de Vincent Berdoulay no início dos anos 80, praticamente ainda são exceções (BERDOULAY, 1995 [1981]; LEJEUNE, 1993; SOUBEYRAN, 1997; DEPREST, 2009). Aliás, o próprio fato de Singaravelou ser historiador, e não geógrafo, é sintomático daquele tabu.

Assim, seus esforços devem ser considerados, desde o início, como notáveis. Ele já havia escrito trabalhos sobre o Colonialismo, mas a ênfase na Geografia é algo realmente novo. Sua intenção parece mesmo ter sido chamar a atenção para o tema — não sem polêmicas. Afinal, o que dizer de um livro que começa prefaciado por Claval e termina com posfácio de Lacoste, geógrafos que há décadas possuem laços de amizade mas que construíram suas carreiras em pólos opostos no terreno político? Aliás, o artigo de Lacoste pode surpreender a muitos que, no Brasil, lhe rendem créditos em excesso. Se uma avaliação epistemológica e política (separação meramente didática, evidentemente) de *La Géographie, ça sert, d'abord, pour faire la guerre* ainda não foi feita entre nós, vale recorrer ao Lacoste de 2008, para quem

podemos notar que esta quase diabolização sistemática da colonização serviu aos propósitos dos dirigentes locais, que se sucederam ao poder colonial após a independência e possuem uma responsabilidade muito grande no agravamento das condições sociais e políticas dos países que dirigem (LACOSTE, 2008, p. 237).

Polêmico, não? Certamente, tal declaração parece contradizer as principais teses contidas em seu célebre livro. Outrossim, a eloquência de sua posição acerca da medicina colonial surpreenderá a muitos:

A conotação negativa do adjetivo colonial se aplica nos meios médicos à medicina colonial? Certamente não! Esta foi uma ótima medicina, e os médicos coloniais que foram, em uma grande parte das colônias francesas, médicos militares (médicos de tropas da marinha), descobriram, com recursos restritos, as causas de um número enorme de doenças tropicais muito graves, bem como as primeiras formas de combatê-las. Inicialmente, isso não seria para preservar os europeus" (LACOSTE, 2008, p. 237).

Finalizando sua argumentação, arremata:

Silenciamos a geografia colonial ou a acusamos de ter estado à disposição dos 'colonialistas'. Com a medicina colonial, ela foi, sem nenhuma dúvida, um dos mais úteis investimentos intelectuais da colonização para o futuro dos povos do Terceiro Mundo (LACOSTE, 2008, p. 237).

Com a palavra, os intelectuais pós-colonialistas africanos!

De qualquer maneira, um ponto epistemológico importante emerge da reabilitação da Geografia Colonial por Lacoste pois, para ele, seu grande mérito — representada por nomes como Gourou, Dresch, Sautter e Pélissier — reside em ter levado os fenômenos políticos em consideração. O que podemos inferir disso? Simples: no fundo, Lacoste continua a repetir o

mesmo equívoco de seu tão famoso livro, quando imputava à Geografia vidaliana a negligência para com raciocínios políticos, geopolíticos e estratégicos (LACOSTE, 1988 [1976]).

Embora saibamos que, no terreno das idéias, as representações e os lugares-comuns há décadas consolidados são muito difíceis de serem transpostos, temos ensaiado mostrar que tal interpretação não corresponde em nada à Geografia elaborada por Vidal de la Blache (RIBEIRO, 2010, 2010a, 2010c). Milton Santos já não havia observado as dificuldades enfrentadas pelas idéias novas? (SANTOS, 1978, p.83-84).

Vejamos um exemplo retirado do próprio *L'empire des géographes* assaz representativo da difícil relação entre Geografia e Colonialismo na França. Podemos constatar que mesmo um livro renovarador parece ingênuo em alguns aspectos. Em texto assinado por Singaravélou, há um momento em que ele aponta que Vidal, membro da *Union coloniale française* e do *Conseil de perfectionement de l'École coloniale*, escreve "vários artigos sobre questões coloniais" (SINGARAVÉLOU, 2008a, p. 48-49). Contudo, Singaravélou não cita mais do que...dois trabalhos: "L'éducation des indigènes" (1897) e "Remarques sur la population de l'Inde anglaise" (1877), deixando de lado artigos fundamentais sobre o tema como "La zone frontière entre l'Algérie et le Maroc", "L'Afrique centrale française par Maurice Chevalier"⁵ e outros. Justiça seja feita, "La Société de géographie de l'Afrique occidentale française (1907-1908): un modèle périmé?", de Emmanuelle Sibeud, menciona este último texto de Vidal como uma reflexão política de cunho colonial (SIBEUD, 2008, p.88).

Aliás, *L'empire des géographes* alterna altos e baixos, parecendo sintetizar bem o quão ainda é preciso avançar no tocante às relações Geografia-Colonialismo na França. De maneira geral, os textos que compõem o livro são descritivos e, por vezes, superficiais. Não parecem conseguir alcançar o cerne de seus temas. A despeito disto, além dos trabalhos já citados de Clayton e Sibeud, merecem destaque "La Société de géographie de Lyon: pour la Croix et la soie? (1873-1900)", de Jean-François Klein (KLEIN, 2008); "Que savait-on de Tahiti en 1890? Paul Gauguin et la géographie coloniale", de Jean-François Stazak (STAZAK, 2008); "Géographie, idéologie et logique romanesque dans les romans d'aventures géographiques du Journal des voyages", de Matthieu Letourneux (LETOURNEUX, 2008); e "La géographie tropicale est-elle héritière de la géographie coloniale? L'exemple de l'enseignement de la géographie coloniale à Bordeaux (1890-1948)", de Colette Zytnicki (ZYTNIICKI, 2008).

O texto de Klein mostra como interesses comerciais, intelectuais, religiosos e políticos estavam, todos eles, presentes nas Sociedades de Geografia, bem como o papel de pressão exercido pelas mesmas no tocante à autonomização da Geografia diante da História. A seu turno, Stazak aponta como as representações geográficas coloniais sobre o Taiti (literatura e gravuras) influenciaram o pintor Paul Gauguin na ocasião da Exposição Universal de 1889. Foi assim que, de *consumidor* da propaganda colonial, ele passou a ser *produtor* dessa lógica. Suas telas expostas na Exposição Colonial de 1931 são exemplo disto. Ainda no campo das representações — nunca é demais recuperar o papel seminal de *O orientalismo*. *O Oriente enquanto invenção do Ocidente*, de Edward Said (SAID, 2007 [1978], sobre esse tema, assim como os vínculos entre representações e temas geográficos —, Letourneux revela como a derrota na guerra franco-prussiana de 1871 marca uma nova fase dos romances de aventura passados nas colônias, assim como, conforme destaca Klein (KLEIN, 2008, p.93), impulsiona o país a um novo esforço expansionista, acentuando cada vez mais a dimensão política do espaço e da paisagem. Ao lado de estereótipos, racismos, heróis e vilões, a Geografia era um dos elementos centrais da narrativa daqueles romances, de modo a permitir ao leitor a construção de um imaginário civilizatório e eurocêntrico em torno dos espaços coloniais.

⁵ Este artigo foi por nós traduzido no periódico franco-brasileiro *Confins* [<http://confins.revues.org/7204>]. Vide também o texto sobre Vidal e o continente africano (RIBEIRO, 2011a).

Por fim, Zytnicki permite a abertura de uma discussão bastante relevante: a progressiva perda de poder e prestígio institucional de Marcel Dubois na *Sorbonne*, primeiro ocupante da recém-criada cadeira de Geografia Colonial nesta universidade em 1893⁶. Destarte, sua morte em 1916 não significou outra coisa senão a extinção da cátedra. Além disso, aponta como a *Société de géographie commerciale* de Bourdeaux (1874) visava, entre outros pontos, impulsionar a circulação de saberes coloniais (ZYTNIICKI, 2008, p.202-211).

O livro abre ainda possibilidades de discussão de temas específicos da Geografia Clássica francesa, tais como a natureza da Geografia colonial e sua pluralidade interna; o conteúdo político e geopolítico da Geografia vidaliana; o papel das Sociedades de Geografia na autonomização da Geografia universitária, bem como a relação das mesmas com os negócios coloniais; a “batalha” dos *Annales*, de Soubeyran.

A EMERGÊNCIA DA ESCALA MUNDO NA GEOGRAFIA FRANCESA: A REESCRITA DA HISTÓRIA DE UMA CIÊNCIA

Vejam agora *Penser à l'échelle du Monde. Histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres)*, tese de doutorado de setecentas e cinco páginas defendida por Jean-Baptiste Arrault em 2007 e orientada por Marie-Claire Robic⁷ na Universidade de Paris – Sorbonne (Paris I). Trata-se de investigação que já nasce como um trabalho de referência. Com roteiro e capítulos muito bem elaborados e ancorado numa impressionante quantidade de fontes dos *Annales de Géographie* e da *Bibliographie Géographique* (bem como originais em inglês e alemão), Arrault mostra-se bastante familiarizado com o campo história do pensamento geográfico — Robic, Claval, Soubeyran, Orain, Meynier e outros estão presentes, sempre com um olhar crítico (sobretudo para com Claval). Inspirado em autores dedicados a criticar o tradicionalismo da história das idéias e da ciência tais como Michel Foucault, Reinhardt Koselleck e Bruno Latour, parte da idéia de que é preciso reconhecer a emergência do *mundo* enquanto escala fundamental da Geografia francesa desde o século XIX.

Sua inquietação começa no questionamento à idéia de que a escala mundo tem como pioneiro o geógrafo Olivier Dollfus nos anos 80. Ao contrário, sustentará Arrault que a mesma já estava presente não apenas em autores consagrados como Demageon, Gallois e Vidal, mas também naqueles que não foram canonizados e/ou consagrados como parte integrante daquela “Escola”, tais como Maurice Zimmermann, Pierre Clerget e Fernand Maurette. Com isso, combate o *presentismo* de certas análises, incapazes de assimilar inovações naquilo que, supostamente, “já passou”.

Arrault procura também sublinhar a especificidade geográfica do entendimento da mundialização, que residiria exatamente na interrelação e na interdependência dos lugares. Para ele, cada disciplina teria uma visão sobre a globalização. A economia, por exemplo, vê um recrudescimento desta após a I Guerra Mundial, ao passo que, em termos geográficos, as ferrovias transcontinentais e as redes de comunicações não nos permitem fazer afirmação semelhante. De todo modo, ao lado da geopolítica e das redes de circulação, é a partir sobretudo da *economia* que a escala mundo, efetivamente, emerge como objeto analítico (ARRAULT, 2007, p.154). A agricultura e o mercado agrícola, por exemplo, tornam-se cada vez mais mundiais, e tanto antes quanto depois de 1914 a questão aparece intensamente

⁶ A respeito, vide o programático artigo “Leçon inaugurale du cours de Géographie Coloniale” (DUBOIS, 1894).

⁷ Uma das principais responsáveis pela renovação da história do pensamento geográfico na França (vide ROBIC, 1993, 2000, 2006), Robic também tem orientado alguns dos trabalhos mais interessantes neste domínio, tais como os de Orain e Deprest (ORAIN, 2003; DEPREST, 2009).

entre os geógrafos (idem, p.184-187 e 199). No que diz respeito aos transportes e às comunicações, os canais de Suez e do Panamá, as ferrovias transcontinentais, as rotas transoceânicas e os cabos submarinos e telegráficos vão, igualmente, “mundializando” pessoas, mercadorias e informações (ibidem, p.174 e 277). É graças a esta conjuntura que Jean Brunhes, em seu célebre *La Géographie Humaine* (BRUNHES, 1962 [1910]), falará em uma “civilização da circulação” (BRUNHES, 1962, p.173).

No capítulo III, *L'économie mondiale, un nouvel objet pour l'analyse géographique*, vale enfatizar a relevância de Albert Demangeon (autor que, ao lado de Reclus, ele explora com muita qualidade) e seus vários artigos sobre como a economia vai assumindo uma dimensão verdadeiramente mundial. Do diálogo com ele, Arrault pensa que “a crise contribui para que a escala mundial adentre no arsenal explicativo da Geografia, para generalizar o que era afirmado pontualmente, pelo menos, desde os anos 1900” (BRUNHES, 1962, p.202). Por essas e outras razões, de modo amplo atesta que “ao contrário de uma historiografia geralmente explorada no sentido oposto, os anos 30 nos parecem ter sido um momento de revelação das interdependências existentes no plano mundial” (BRUNHES, 1962, p.198).

Fora o belo debate promovido por Arrault em torno do fenômeno da globalização, o impacto de sua investigação recai fundamentalmente na esfera da história do pensamento geográfico. Por exemplo: quem começa lendo Vidal de la Blache por *La France de l'Est: Lorraine-Alsace* não conseguirá entender a representação que dele fizeram como um autor limitado à escala regional e às descrições do meio! (VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917]; vide RIBEIRO, 2011b). Com a tese de Arrault ocorre algo semelhante: quem se dispuser a lê-la como o primeiro acesso à Escola Francesa de Geografia não terá dúvidas de que sua caracterização se define a partir da escala mundial, das redes de transportes, dos fluxos comerciais, de grandes cidades de porte internacional (Nova Iorque, Paris, Londres), da geopolítica. Após seu trabalho, dificilmente alguém terá coragem de associar a Escola Francesa de Geografia exclusivamente à escala regional.

Como ele mesmo admite, trata-se menos de uma história conceitual da mundialização e mais da emergência progressiva da escala mundo, representada por fenômenos como a geopolítica, as trocas econômicas cada vez mais intensas em volume e alcance, a questão das matérias-primas e do petróleo e as redes de transportes e comunicações (vapor, grandes ferrovias, telégrafo). Destarte, o subtítulo “Une histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie”, bem como as indicações iniciais da tese (dialogando com Koselleck, autor conhecido por seu trabalho sobre história dos conceitos e teoria da história [vide KOSELLECK, 1992]), se deslocaram dos resultados da pesquisa como um todo. Felizmente. Afinal, estamos diante de uma obra de referência, verdadeiro *tour de force* que, sem dúvida alguma, lança novas luzes ao movimento de releitura e reapropriação da história do pensamento geográfico por intermédio da geopolítica e da economia durante a primeira metade do século XX.

Julgamentos políticos e posições institucionais dos geógrafos franceses, por exemplo, são evidenciados com precisão⁸. Podemos notar que a força da escala mundo, se impondo cada vez mais como grade analítica para os geógrafos da época, não foi incompatível com o discurso nacionalista de Ratzel, Vidal, Demangeon, Vallaux. Aproveitando um dos argumentos de Arrault, para quem a I Guerra não foi momento de ruptura mas sim de constatação de que os fenômenos eram de fato cada vez mais mundiais, é possível dizer que, no contexto imperialista de então, o fortalecimento de acontecimentos mundiais não deixava de reforçar a pregação nacionalista de alguns — embora isso não impedisse que autores como Siegfried, Demangeon e Spengler constatassem o declínio da Europa e do Ocidente de modo geral. Ao final da tese, fica a sensação de que Arrault abriu uma *caixa-preta* da história do pensamento geográfico.

⁸ Vide a participação dos mesmos no *Centre d'Études de Politique Étrangère* (CEPE) (Centro de Estudos de Política Estrangeira), fundado em 1935. Entre eles, Demangeon, Siegfried e Ancel e, após 1945, Gottmann e George (ARRAULT, 2007, p. 316-320).

Nem sempre de maneira explícita, Arrault nos fornece uma lição preciosíssima a qual temos de assimilar urgentemente: a pretensão ingênua do presente ao aderir a determinados discursos como se fossem *novidades*. Não que haja aqui, nem de nossa parte nem da dele, uma apologia ao passado. O que está em jogo é um pressuposto epistemológico bastante simples: nenhuma ciência pode avançar sem um diálogo frutífero com seu passado. O exame atento em relação aos geógrafos “do passado” é duplamente importante, quer pelo conhecimento de suas idéias, quer pela possibilidade de compreensão do próprio processo histórico. Na ausência disto, estamos diante de dois aspectos que me parecem intimamente associados: o pouco interesse do campo geográfico para com a História tem como rebatimento o pouco interesse pela trajetória da disciplina e por seus autores clássicos. Aliás, quem em Geografia discutiu a noção de “clássicos”, identificando-os enquanto tal?

Neste notório descaso para com a trajetória da disciplina, Arrault cita uma das definições de Sistema Mundo por Dollfus em 1984 para, em seguida, afirmar que ela não admite nenhuma novidade conceitual face às contribuições de Reclus, Brunhes, Mackinder ou Vidal (ARRAULT, 2007, p.661). Estamos de acordo com Arrault: há muita coisa sendo dita como se fosse algo original mas que, efetivamente, já faz parte da história da Geografia há tempos! Isto diz respeito à nossa negligência para com os clássicos e com o passado da disciplina. Em conversa recente com Marie-Claire Robic (agosto de 2011), ela chamou atenção para o fato de que discorda de quem se interessa por geógrafos do passado buscando sua atualidade. Subscrevemos de imediato suas palavras, uma vez que, entre outros elementos, existe uma série de questões epistemológicas acerca do *tempo* nisso envolvida e que a “atualidade” não nos parece ser a questão principal ao redor do estudo de geógrafos de outrora. Entretanto, diríamos que é praticamente impossível não reler nossos clássicos sem constatar, neles, uma brutal atualidade. Não nos parece que seus livros tenham sido encontrados no sótão, tal como Christian Grataloup se refere ao *Tableau de la Géographie de la France* de Vidal (GRATALOUP, 1986).

Por exemplo: em momento de crise européia tal como a de agora (setembro de 2011), com a patente desigualdade sócio-econômica entre seus membros, a leitura de Demangeon sobre a economia mundial e o declínio da Europa, bem como se este continente deveria adotar o modelo de uma federação ou de acordos regionais no que concerne às “condições geográficas de uma União Européia” (DEMANGEON, 1920, 1932), é uma experiência absolutamente enriquecedora. Não somente do ponto de vista dos estudiosos da história do pensamento geográfico, mas de quem se interessa, minimamente, pela contribuição que a Geografia pode fornecer à compreensão da vida social.

Assim, ao observar o legado de Ratzel, Vidal, Demangeon, Mackinder, Brunhes e Sorre, há que se perguntar se nós, geógrafos do século XXI, estamos sendo capazes de apreender nosso tempo de maneira tão perspicaz como aqueles o fizeram. Aliás, as grandes questões de hoje foram muito bem abordadas por eles: a geopolítica, a relação homem-meio, o jogo de escalas, as conexões entre os lugares...

Qual será mesmo a contribuição do *presente* para o *futuro* da disciplina?

A PROPÓSITO DA ESCRITA DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: APONTAMENTOS DE INTERROGAÇÃO

Atentando para a história da Geografia⁹, cada vez mais nos convencemos de que trata-se de uma ciência cujas práticas analisadas foram primordiais na construção do mundo

⁹ Tendemos a pensar que o termo “história do pensamento geográfico” é assaz impreciso, no sentido de que passa a impressão de que se trata tão somente do *pensamento* geográfico, e não de práticas e ações geográficas. Além disso, evidentemente, não existe um *pensamento* geográfico, idealizado, mitificado e alimentado apenas pelo debate interno entre idéias, conceitos e métodos. Problema de linguagem: não possuímos palavra tão expressiva quanto *historiografia* o é para os historiadores.

moderno. Por trás de sua institucionalização no final do XIX, o que se tem é uma preciosíssima história de conquistas, cartografias, explorações, reconhecimento do globo (GODLEWSKA, 1989), atuando igualmente na construção de uma visão *simbólica* sobre o mesmo (vide GRATLOUP, 2009). No século XX, sugere-se que a Geografia passou por uma mudança radical: ela deixou de ser uma ciência, digamos assim, “da prática”, e passou a ser cada vez mais interpretativa, analítica, voltada principalmente para as realidades regionais e territoriais dos Estados Nacionais. No início do século XXI, a Globalização veio alterar substancialmente nossas práticas e epistêmes. Assim, há que se levantar a questão, dialeticamente simples e complexa: qual o papel da ciência geográfica em tempos de Globalização?

Nesse contexto, a pesquisa de Arrault é mais que pertinente, uma vez que investe no desvelamento de como a escala mundo foi assumindo forma — empírica e discursiva — desde o final do século XIX. Seu trabalho também nos conduz à seguinte interrogação: o que significa a escala mundo atualmente? Sim, pois a concepção de outrora sobre o mundo não é mais a mesma de hoje. O que mudou? Estamos atentos a isso? Nossas respostas são minimamente satisfatórias?

A despeito de sua perspectiva excessivamente racionalista, Milton Santos foi arguto ao explicar o tempo presente por intermédio do conceito de meio técnico-científico-informacional, que se instala em praticamente todo o mundo como se fosse uma *prótese* (SANTOS, 1994, 1996). Talvez, Paulo César Gomes tenha razão ao identificar a Geografia como a ciência responsável pela elaboração de uma “cosmovisão” (GOMES, 1997). Por ora, e por incrível que pareça, cremos que a escala-mundo não assumiu o devido lugar no concerto geográfico. Estamos nos acertando seja com o passado (os múltiplos e estreitos vínculos dos geógrafos com o Colonialismo), seja com as críticas das últimas duas décadas que, por razões as mais diversas e despropositadas, apontaram o fim da região, do território e da própria Geografia (vide HAESBAERT, 2007; RIBEIRO, 2008). No fundo, a materialização do mundo nos lugares, na experiência vivida cotidiana, exige uma profunda discussão sobre as escalas. A esse respeito, há que se dizer que estamos muito aquém do desejado. Talvez seja preciso olhar para o passado para notar que adentramos numa era que, de certa forma, não deixa de ser uma nova era de *explorações*. Tal como ocorreu na passagem do século XV para o XVI e do século XIX para o XX, é provável que seja necessária uma nova etapa de recolhimento e exame dessas experiências, pois só elas nos permitirão entender, com mais clareza, o sentido que conferimos à noção de *mundo*. Hoje, talvez mais do que nunca, ele é uma prática, um ato, uma tomada de posição. Tudo é global ou, ao menos, tudo é pensado e projetado tendo em mente a escala mundial. Em nossos dias, descobrimos o mundo a partir da própria escala *local* — seja através da rede mundial de computadores, seja através das mercadorias e das informações globais que consumimos diariamente em casa, na universidade ou no trabalho. O que tudo isso quer dizer? Ninguém sabe ainda, cremos.

Se estamos problematizando a relação entre mudanças empíricas e narrativas geográficas, impressiona o fato de que parece que só agora nós, geógrafos, descobrimos que fazer história do pensamento geográfico não é mostrar senão *um* ponto de vista, *uma* perspectiva, e não a verdade, a versão. Talvez tenhamos sido muito influenciados por trabalhos de natureza, por assim dizer, mais genérica, que ensaiavam traçar a história do pensamento geográfico com todas as suas correntes, tais como o livro seminal de Capel *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea* (CAPEL, 1981) e *Geografía e Modernidade* (GOMES, 1996). Há também outros que, se não mostraram tanto fôlego, nem por isto deixaram de influenciar a visão da Geografia brasileira sobre história do pensamento geográfico. Pensamos em *Introdução à Geografia. Geografia e ideologia* (SODRÉ, 1976); *Geografia: ciência da sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico* (ANDRADE, 1987), e *Geografia: pequena história crítica* (MORAES, 1983).

Aqui, estamos diante de um problema envolvendo os elementos *escolha epistemológica* e *perspectiva histórica* acerca da trajetória da Geografia. Sim, pois, guardadas as diferenças existentes entre eles, os livros de Andrade e Moraes — para não citar a primeira parte

de *Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica* (SANTOS, 1978) e o livro *O que é Geografia* (MOREIRA, 1980), além de *Marxismo e Geografia* (QUAINI, 1979) — visavam claramente demonstrar a hegemonia da concepção marxista de geografia face às demais correntes.

O já mencionado livro de Gomes (originalmente tese de doutorado defendida na *Sorbonne* e orientada por Claval), que representa enorme avanço diante dos já mencionados — exceção feita ao livro de Capel, monumental esforço de pesquisa sobre a história da Geografia (CAPEL, 1981) —, todavia optou por uma abordagem que, ao nosso meu ver, de um modo ou de outro também contribui para uma leitura “etapista” das correntes geográficas. Não que ele situe a Geografia marxista no auge da história da disciplina; pelo contrário, seus argumentos servem para relativizar a hegemonia da mesma no Brasil. Referimo-nos — e que bem fique claro a rica elaboração teórico-metodológica de Gomes, associando a trajetória das correntes geográficas às suas referências filosóficas — ao fato de sua opção pelo tipo ideal weberiano na interpretação da Modernidade (GOMES, 1996, p.40-41), caracterizada pelo “novo” que pretende “substituir” o “antigo”, deixa a impressão de que existe uma *teleologia* por trás da história da geografia. Não se explora as intersecções entre as correntes e nem as permanências, os traços que as “novas” incorporaram das “antigas” — evidentemente nem sempre explicitados¹⁰. Não por acaso, seu provocador artigo *Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões*, publicado no ano seguinte, parece ser a “manifestação inconsciente” (nossas aspas) de seu livro, ao propor que a Geografia deva acabar de vez com as “ilusões” do passado. Ele identifica quatro delas: *objeto, síntese, forma e história* (GOMES, 1997).

Enfim, o que temos hoje são trabalhos mais pontuais de história do pensamento geográfico que, conseqüentemente, problematizam as grandes interpretações. Uma vez que há um mergulho profundo nas fontes e uma crítica a elas, inevitavelmente os panoramas de outrora passam a ser questionados, visto que, grosso modo, enfatizaram “traços gerais”, canonizaram textos, valorizaram em excesso certos autores e debates (a falsa polarização determinismo ratzeliano vs. possibilismo vidaliano, por exemplo [RIBEIRO, 2009]). O contrário disso é o que Deprest, Soubeyran, Arrault e Orain têm feito. Mal comparando com a historiografia, são pesquisas mais “locais” e “regionais” que, pelo foco mais delimitado e pelo problema mais definido, são capazes de iluminar com mais clareza a “grande escala”. Aqui, não nos referimos à historiografia de modo arbitrário, mas sim deliberadamente, uma vez que ela própria passa a ser incorporada como um capítulo incontornável da história da Geografia (RIBEIRO, 2010b, 2011).

Tal como asseveramos noutra ocasião, a forma como a história do pensamento geográfico vem sendo operada ilustra, exemplarmente, as carências, potencialidades e divergências em torno do ofício do geógrafo. É, portanto, arena de conflito e tensão. Uma das funções dos estudos em torno do pensamento geográfico reside na análise da relação entre a narrativa e a prática situados em seu contexto histórico. Todo saber contém, em si, o germe de uma prática que, ora o discurso a revela, ora a oculta. É a esse jogo de luz e de sombra que cabe descortinar (RIBEIRO, 2009a).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade:** uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. 143p.

¹⁰ Os debates entre as correntes são importantes, mas não podem ser fetichizados. Uma vez que estão impregnados sobremaneira pela vontade de poder (vide FOUCAULT, 1970)], acabam por empobrecer a herança da corrente que se quer suplantar.

ARRAULT, Jean-Baptiste. **Penser à l'échelle du Monde**. Histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres). (doctorat de géographie) Université Paris I, Thèse, 2007. 705p.

BERDOULAY, Vincent. **La formation de l'école française de géographie**. Paris: Éditions du CTHS, 1995 (1981). 248p.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 59-73, 2002 (1985).

BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962 (1910). 507p.

CAPEL, Horacio. **Filosofía e Ciencia en la Geografía Contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981. 509p.

CLAVAL, Paul. **Histoire de la Géographie française de 1870 à nos jours**. Paris: Nathan, 1998. 543p.

CLAYTON, Daniel. Le passé colonial/impérial et l'approche postcoloniale de la géographie anglophone. In: SINGARAVÉLOU, Pierre (dir.) **L'empire des géographes**. Géographie, exploration et colonisation (XIX-XX siècle). Paris: Belin, p. 80-90, 2008.

DEMANGEON, Albert. **Le Déclin de l'Europe**. Paris: Payot, 1920. 314p.

_____. Les conditions géographiques d'une union européenne. Fédération européenne ou ententes régionales? **Annales d'histoire économique et sociale**, v. 4, n.17, p.433-451, 1932.

DEPREST, Florence. **Géographes en Algérie (1880-1950)**. Savoirs universitaires en situation coloniale. Paris: Belin, 2009. 348p.

DUBOIS, Marcel. Leçon inaugurale du cours de Géographie Coloniale. **Annales de Géographie**, v. 10, p. 121-137, 1894.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das Ciências Humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (1966). 541p.

_____. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971 (1970). 82p.

GODLEWSKA, Anne. Traditions, crisis and new paradigms in the rise of the modern french discipline of Geography 1760-1850. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 79, n. 2, jun., p.192-213, 1989.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366p.

_____. Geografia "fin-de-siècle": o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo César (Org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.13-42, 1997.

GRATALOUP, Christian. L'appel des grands espaces. **Espaces Temps**, n.34-35, déc., p.71-76, 1986.

_____. **L'invention des continents**. Comment l'Europe a decoupé le monde. Paris: Larousse, 2009. 224p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 395p.

KOSSELLECK, Reinhardt. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KLEIN, Jean-François. La Société de géographie de Lyon: pour la Croix et la soie? (1873-1900). In: SINGARAVÉLOU, Pierre (dir.). **L'empire des géographes**. Géographie, exploration et colonisation (XIX-XX siècle). Paris: Belin, p. 91-109, 2008.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998 (1962). 257p.

LACOSTE, Yves. Réflexions sur la géographie coloniale. In: SINGARAVÉLOU, Pierre (dir.) **L'empire des géographes**. Géographie, exploration et colonisation (XIX-XX siècle). Paris: Belin, p. 235-241, 2008.

_____. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 263p., 1988 (1976).

LEJEUNE, Dominique. **Les sociétés de géographie em France et l'expansion coloniale au XIX siècle**. Paris: Albin Michel, 1993. 236p.

LETOURNEUX, Matthieu. Géographie, idéologie et logique romanesque dans les romans d'aventures géographiques du Journal des voyages. In: SINGARAVÉLOU, Pierre (Dir.) **L'empire des géographes**. Géographie, exploration et colonisation (XIX-XX siècle). Paris: Belin, p.188-199, 2008.

LIVINGSTONE, David. **The geographical tradition**. Episodes in the history of a contested enterprise. London/New York: Routledge, 1992. 434p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1983. 138p.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 113p.

ORAIN, Olivier. Le plain-pied du monde. **Postures épistémologiques et pratiques d'écriture dans la géographie française au XXème siècle**. Thèse (Doctorat) Université de Paris I, 2003. 356p.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 155p.

_____. **A Construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 158p.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ática, 1994. 165p.

RIBEIRO, Guilherme. A Geografia e o desafio da Modernidade: *La France de l'Est: Lorraine Alsace* cem anos depois. **Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, n.934, 30 de julio, 2011b. URL: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-934.htm>

_____. Vidal de la Blache, ciência e política: notas a partir do caso africano. **Confins** [On line], n. 12, 2011a. URL: <http://confins.revues.org/7167>

_____. Espaço e técnica como estruturas do cotidiano: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico (I). **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía**, UNAM, n. 74, p. 58-73, 2011.

_____. La géographie vidalienne et la géopolitique. **Géographie et Cultures**, n.75, automne, p. 247-262, 2010.

_____. Território, Império e Nação: a Geopolítica em Paul Vidal de la Blache. **Revista da Anpege**, v. 6, p. 29-42, 2010a.

_____. A Geografia na formação do território francês: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico (II). **Confins** [On line], n. 10 (2010b). URL: <http://confins.revues.org/6592>

_____. Interrogando a ciência: a concepção vidaliana de Geografia. **Confins** [On line], n. 8 (2010c). URL: <http://confins.revues.org/6295>

_____. Luta pela autonomia e pelo território: a Geografia e os Estados alemão e francês na virada do século XIX para o século XX. **Mercator** (UFC), ano VIII, n.15, p. 19-28, 2009a.

_____. Para ler Geografia ou A Geografia segundo Lucien Febvre. **Terra Livre**, AGB Nacional, ano XXV, n.32, p.121-136, 2009.

_____. Modernidade e Espaço, Pós-Modernidade e Mundo: a Crise da Geografia em tempos de Globalização. COLÓQUIO INTERNACIONAL GEOCRÍTICA, 10. Barcelona, maio (2008). URL: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/154.htm>

ROBIC, Marie-Claire. L'invention de la "Géographie Humaine" au tournant des années 1900: les vidaliens et l'écologie. In: CLAVAL, Paul (Dir.). **Autour de Vidal de la Blache**. La formation de l'école française de Géographie. Paris: Éditions du CNRS, p. 137-147, 1993.

_____. (dir.). **Le Tableau de la géographie de la France de Paul Vidal de la Blache**. Dans le labyrinthe des formes. Paris: Éditions du CTHS, 2000. 299p.

_____. (coord.). **Couvrir le monde**. Un grand XXème siècle de géographie française. Paris: Association pour la diffusion de la pensée française, 2006. 229p.

SAID, Edward. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2007 (1978). 521p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Edusp, 1978. 236p.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 174p.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 384p.

SIBEUD, Emmanuelle. La Société de géographie de l'Afrique occidentale française (1907-1908): un modèle périmé ? In: SINGARAVÉLOU, Pierre (Dir.) **L'empire des géographes**. Géographie, exploration et colonisation (XIX-XX siècle). Paris: Belin, 2008, p. 80-90.

SINGARAVÉLOU, Pierre (Dir.) **L'empire des géographes**. Géographie, exploration et colonisation (XIX-XX siècle). Paris: Belin, 2008. 288p.

SINGARAVÉLOU, Pierre. Géographie et colonisation: approches historiographiques. In: SINGARAVÉLOU, Pierre (Dir.). **L'empire des géographes**. Géographie, exploration et colonisation (XIX-XX siècle). Paris: Belin, p. 45-57, 2008a.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia**. Petrópolis: Vozes, 1976. 135p.

SOUBEYRAN, Olivier. **Imaginaire, science et discipline**. Paris : L'Harmattan, 1997. 458p.

STAZAK, Jean-François. Que savait-on de Tahiti en 1890? Paul Gauguin et la géographie coloniale. In: SINGARAVÉLOU, Pierre (Dir.). **L'empire des géographes**. Géographie, exploration et colonisation (XIXe-Xxe siècle). Paris: Belin, 2008, p.162-175.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **La France de l'Est (Lorraine-Alsace)**. Paris: La Découverte, 1994 (1917). 285p.

ZYTNIKI, Colette. La géographie tropicale est-elle l'héritière de la géographie coloniale? L'exemple de l'enseignement de la géographie coloniale à Bordeaux (1890-1948). In: SINGARAVÉLOU, Pierre (Dir.) **L'empire des géographes**. Géographie, exploration et colonisation (XIX-XX siècle). Paris: Belin, p. 202-211, 2008.

Recebido em novembro de 2011

Aceito em março de 2012